

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

AS TENSÕES VIVENCIADAS POR CONCURSADOS CONCURSEIROS NO CONTEMPORÂNEO MUNDO CONSUMISTA: ENSAIO TEÓRICO À LUZ DA GESTÃO GERENCIALISTA.

**Bianca Gomes Lima da Rocha** (UTFPR) - bianca.gomeslr@gmail.com

*Bacharel em Administração pela UNEB (2014), graduada em Gestão de Negócios e Empreendimentos também pela UNEB (2014), com especialização em Direito Administrativo pela Cândido Mendes (2014). Mestranda no PPGA da UTFPR (2017)*

**Leonardo Tonon** (UTFPR) - leotonon@gmail.com

*Possui doutorado e mestrado em Administração pela UFRS. Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá. É professor adjunto na UTFPR (Campus Curitiba). Professor do Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA-UTFPR)*

## **As tensões vivenciadas por concursados concurseiros no contemporâneo mundo consumista: ensaio teórico à luz da gestão gerencialista.**

### **Introdução**

Instabilidade, Consumo, Gestão Gerencialista e Liquidez: características presentes na sociedade contemporânea - fluida e indiferente em relação aos vínculos adotados tradicionalmente nas relações interpessoais. Uma busca incessante por preencher um vazio perenal se torna quase uma utopia, encontramos-nos fadados a uma busca infundável por mais e mais, acumulando e descartando, nos diversos aspectos existenciais. É uma sociedade que conceitua seus membros como consumidores e utiliza desejos como forma de transforma-los em força de trabalho (BAUMAN, 1999, 2007; GAULEJAC, 2007; LIPOVETSKY, 2004).

As mudanças no consumo nesse novo contexto acentuaram a efemeridade no cotidiano e cada vez mais o presente se aproximar de forma rápida do futuro. As inovações tornam-se triviais em curto espaço de tempo e a ansiedade pelo novo envolve a dinâmica globalizada da sociedade contemporânea. Nessa nova ordem global, demanda-se que as organizações sejam estruturadas de forma apropriada para a flexibilidade e velocidade, transpondo os limites de tempo e espaço. (VERGARA e VIERA, 2005) Nessa sociedade, as organizações têm papel indispensável para a lógica da produtividade do capital. Como ensina Castelhana (2005), essas organizações, especialmente as empresariais, se estruturam com o objetivo de conduzir o processo de acumulação que propicie aumento na produção, desenvolvendo formas de controle e dominação sobre o indivíduo, gerando medo. A autora demonstra que esse medo se intensifica diante do desemprego estrutural:

O medo e a angústia agravam o sofrimento mental. À medida que diminui a segurança no emprego, o medo abre uma porta para o sofrimento. Quem sofre é o sujeito, e sofre dentro e fora da organização. O desempregado, excluído do mercado de trabalho, tem medo de não encontrar um novo emprego, e o empregado, que está dentro da organização, sofre com o medo e com as pressões que podem virar ameaças, e até mesmo desembocar em novas demissões. (CASTELHANO, 2005, p. 15)

Mas, para Anjos e Mendes (2015, p. 43), não é só de sofrimento que vive o trabalhador. O trabalho também é considerado fonte de emancipação e realizações pessoais, ao passo que se contribui em troca de reconhecimento material (dinheiro ou posses) ou imaterial (*status*, papel social, sentido do trabalho, etc.), passando pelo julgamento de utilidade e de estética. O sofrimento pode mobilizar, instigando o indivíduo a uma dedicação na eliminação dos riscos.

Nesse contexto, temos a figura do concursado concurseiro: indivíduo aprovado em processo seletivo para ingresso em um órgão público, nomeado para exercer as atribuições descritas em lei, mas que retoma os estudos, almejando um novo cargo ou uma nova carreira no serviço público. Idealiza-se a futura aprovação como sendo uma (única) alternativa para suprir suas necessidades e satisfazer os seus desejos, desconsiderando abandonar o serviço público pelo medo inerente de vivenciar a instabilidade, insegurança, alienação e cooptação manifestas nas organizações privada. Apresenta-se aqui um possível fenômeno a ser estudado: a instabilidade do estável.

Diante dessas considerações, propomos neste ensaio discutir as tensões vivenciadas por concursados concurseiros no contemporâneo mundo consumista, líquido e instável à luz da gestão gerencialista. A tese defendida é a de que essas tensões são produzidas tanto pela necessidade de se adequar à fluidez da contemporaneidade – marcada pelo consumismo exacerbado – quanto pelo anseio de fuga do poder gerencialista na gestão de empresas privadas. Para tanto, procuramos aqui aplicar os ensinamentos de Meneghetti (2011) no desenvolvimento desta discussão:

O ensaio permite que o ensaísta apresente fragmentos de pensamentos, reflexões iniciais e parciais, sem cair na necessidade de apresentar um sistema completo de pensamento. Assim, o ensaio se aproxima das manifestações rápidas da consciência, do intuitivo como característica relevante para a formação do conhecimento. A objetividade sistematizada, como se apresenta na ciência, por exemplo, cede espaço às reflexões rápidas e baseadas em componentes associadas à subjetividade do ensaísta, o que não implica associá-lo a uma aventura meramente subjetiva (MENEGETTI; 2011; 327).

Dessa modo, desenvolve-se o presente ensaio, além desta introdução, com a seguinte estrutura: 1) Considerações sobre o trabalho na sociedade contemporânea instável, líquida e consumista, sob a ótica da gestão gerencialista; 2) os aspectos relativos aos concursados concurseiros no contexto dessa sociedade; 3) por fim, apresentamos as tensões e reflexões.

## **O TRABALHO E O MUNDO CONTEMPORÂNEO**

A passagem da sociedade moderna, baseada nos modelos Taylorista-Fordista, para o contexto da sociedade contemporânea (ou da hipermodernidade ou da modernidade-líquida), demandou organizações mais flexíveis e complexas, capazes de acompanhar a heterogeneidade das mudanças sociais e culturais, sustentadas pela expansão do consumo e da comunicação em massa, pelo enfraquecimento das normas disciplinares e pelo hedonismo. Tais organizações passam a interferir tanto nos estilos de vida quanto na produção do trabalho e do trabalhador, intensificando o caráter ideológico do controle e moldando o indivíduo ao seu dever de consumo (TONON, 2010).

Foi na década de 1980 que o trabalho sofreu transformações profundas e intensas, repercutindo na *materialidade* e *subjetividade* da classe trabalhadora, afetando a sua forma de ser. Surgem novos processos de trabalho firmados na flexibilização e desregulamentação, busca pela produtividade e adequação da produção à lógica de mercado, ao passo que se perseguem novos padrões de gestão da força de trabalho (ANTUNES, 2006).

O quadrilátero formado pela Instabilidade, Consumo, Gestão Gerencialista e Liqueidez apresenta-se como pilar da contemporaneidade, onde o moderno revela-se em estágio de liquidez, e a instabilidade como reflexo dessa mutabilidade. Nada é perpétuo, pelo contrário, é efêmero, volúvel e flexível. A gestão gerencialista, ideologicamente, dedica-se em envolver o trabalhador nos objetivos organizacionais, estimulando os desejos e necessidades, contudo, acentuando a insegurança. O trabalho ganha novo significado, ali(nh)ando-se ao capital e sua lógica de mercado. Ao mesmo tempo que o cenário é de instabilidade, o setor público oferece a estabilidade na carreira como atrativo, juntamente com salários que propiciam razoável poder de compra à seus servidores concursados.

**Instabilidade.** A instabilidade do homem contemporâneo reflete diretamente num estilo de vida pautado na flexibilidade que, para Lipovetsky (2004), converge-se a uma sociedade crescentemente fluida, que acompanha o ritmo hipermoderno para não desaparecer; e que, para Bauman (1999), tem base na globalização, voltando os processos de produção para um contexto efêmero, volátil e precário. Gradativamente, afasta-se de um estilo de vida sólido, imutável e estável: o movimento pode ser percebido como vital nessa conjuntura, sendo inadmissível paralisar.

Contesta-se o *status quo*, conferindo uma diminuição significativa do espaço temporal entre a satisfação e a não-satisfação. Pode-se observar mais ciclos de mudanças em períodos mais breves, independente do cenário (produtivo, político, econômico, social e individual). A relação tradicional entre necessidades e sua satisfação é revertida: a promessa e a esperança de satisfação precedem a necessidade que se promete satisfazer e serão sempre mais intensas e atraentes que as necessidades efetivas (BAUMAN, 1999, p. 79). Esse contexto mutável pode ser evidenciado na vida do indivíduo da sociedade hipermoderna, com análise Gaulejac (2007):

Na sociedade hipermoderna cada indivíduo pode ser ao mesmo tempo produtor e produto do sistema, ser o ator e o agente dele, fazê-lo funcionar, tanto quanto suportá-lo. [...] Em nome do desempenho, da qualidade, da eficiência, da competição e da mobilidade, construímos um mundo novo (GAULEJAC, 2007, p. 29 e p.31).

Entende-se que esse constante movimento afeta os setores produtivos – que demandam por mais inovações que preservem sua sobrevivência, reciclando permanentemente o passado, não deixando escapar nada do seu domínio, mantendo-se no movimento ditado pelo mercado – e segue o ritmo da hipermodernidade, refletindo diretamente no estilo da sociedade contemporânea, que abandona as características de sociedade produtora para tornar-se uma sociedade cada vez mais consumista (BAUMAN, 1999; LIPOVETSKY, 2004), veloz e não duradoura, podendo consumir “toda a eternidade do presente contínuo da vida terrena” (BAUMAN, 2007, p. 15). Desse modo:

O que temos em mente é que a nossa é uma “sociedade de consumo” no sentido, similarmente profundo e fundamental, de que a sociedade dos nossos predecessores, a sociedade moderna na suas camadas fundadoras, a sua fase industrial, era uma “sociedade de produtores” (BAUMAN, 1999, p. 77)

**Consumo.** Por outro lado, esse mesmo setor produtivo alimenta a ideia do consumo desregrado que ordena regras ao convívio social: busca-se satisfação, prazer, estética, mobilidade, status, aceitação, estilo de vida, alto desempenho, rapidez, novos artefatos, tecnologia avançada - e tudo que for hodierno e inédito, seguindo a tendência do momento, “hiperconsumista” - ; mas descarta-se como se pudesse deglutir toda a acumulação, de forma descuidada e inconsequente, não considerando possíveis consequências para as futuras gerações (LIPOVETSKY E SERROY, 2015; VIZEU, MENEGHETTI E SEIFERT, 2012; LATOUCHE, 2009).

Como bem observa Lipovetsky (2004):

Hipercapitalismo, hiperclasse, hiperpotência, hiperterrorismo, hiperindivisualismo, hipermercado, hipertexto – que mais não é hiper? O que mais não expõe uma modernidade elevada à potência superlativa? Ao clima de epílogo segue-se uma sensação de fuga para

adiante, de modernização desenfreada, feita de mercantilização proliferativa, de desregulamentação econômica, de ímpeto técnico-científico, cujos efeitos são tão carregados de perigo quanto de promessas (LIPOVETSKY, 2004, p. 53).

A “hipermodernidade” vai ao encontro da concepção de Bauman sobre a vida líquida que, para o autor, em muitos casos se manifesta como uma vida de consumo que projeta o mundo e seus fragmentos como objetos que perdem a utilidade quando ainda em uso. Coloca-se, por outro lado, diante de autoexame, autocrítica e autocensura, motores da insatisfação do eu consigo mesmo que, por conseguinte, dota o mundo exterior de valor instrumental (BAUMAN, 2007). Ele observa ainda que:

A pilha de expectativas malogradas tem um paralelo nas crescentes montanhas de ofertas descartadas [...]. A taxa de mortalidade das expectativas é elevada, e, numa sociedade de consumo funcionando adequadamente, espera-se que cresça continuamente. A expectativa de vida das esperanças é minúscula, e só uma taxa de fecundidade extraordinariamente elevada pode salvá-las da diluição e da extinção (BAUMAN, 2007, p. 108).

A ideia do consumo, de forma genérica em razão de sua abrangência, vem se fortalecendo em um discurso da construção social, que estabelece necessidades nem sempre verdadeiras mas capazes de seduzir o indivíduo à acreditar em sua indispensabilidade. Essa percepção é sinalizada por Lipovetsky (2004):

A consagração social do presente consumista se fez acompanhar de uma plethora de acusações lançadas contra a atomização social e a despolitização: contra a fabricação de falsas necessidades; contra o conformismo e a passividade consumistas; contra a adoção de engenhocas em todas as esferas da vida, num processo sem propósitos e sem sentido (LIPOVETSKY, 2004, p. 61).

Tanon (2014, p. 18) revela que “a intensificação do consumo atinge outras esferas, para além dos produtos físicos, ganhando dimensões que criam, reproduzem e sustentam mercados de ideias, prescrições, ou mesmo estilos de vida”. Tal circunstância poderia retratar a maneira na qual a lógica capitalista influencia - os diversos aspectos cotidianos do indivíduo. Nesse sentido é importante evidenciar que o trabalho, para Moreira (2016), pode ser reduzido meramente à condição de emprego, visto que seu fundamento pode estar em algo externo a ele, significando apenas a possibilidade de ampliar o acesso aos bens de consumo. “Sendo assim, quaisquer satisfações proporcionadas pelo ato de consumir só podem ser compreendidas como manifestações parciais e efêmeras da individualidade” (MOREIRA, 2016, p. 45).

**Gestão Gerencialista.** Essa sedução em torno do mercado de consumo, se analisada sobre as lentes de uma gestão gerencialista, pode revelar uma ideologia pautada na mobilização da sociedade em favor da economia produtiva, eficiente e globalizada, baseada em um paradigma utilitarista que a transforma em máquina de produção com indivíduos-agentes a serviço dela. “A economia se torna a finalidade exclusiva da sociedade, participando da transformação do homem em ‘recurso’” (GAULEJAC, 2007, p.79). Com relação a esse aspecto, o autor esclarece:

As sociedades hipermodernas não são economicamente frágeis. Em contrapartida elas parecem perder o sentido delas próprias. A mobilização sobre o trabalho leva a intervir a ordem das prioridades, como se a sociedade inteira tivesse de se colocar a serviço da economia.

As necessidade de gestão se impõem às opções políticas e sociais. Os homens procuram na gestão um sentido para a ação e até, por vezes, para sua vida e para seu futuro. A economia política se torna uma economia gestonária, na qual as considerações contábeis e financeiras importam mais que as considerações humanas e sociais. (GAULEJAC, 2007, p.31)

O poder imbricado nesse estilo de gestão é capaz de alienar o indivíduo de forma violenta, utilizando-se de um conjunto de técnicas para captar suas ambições, alimentar seus desejos e gerenciar suas angustias, com o objetivo de conduzir esforços à serviço da economia, da produção e da empresa: “o poder gerencialista mobiliza a psique sobre objetivos de produção” (GAULEJAC, 2007, p.39). Dessa forma,

Sob uma aparência objetiva, operatória e pragmática, a gestão gerencialista é uma ideologia que traduz as atividades humanas em indicadores de desempenhos, e esses desempenhos em custos ou em benefícios. Indo buscar do lado das ciências exatas uma cientificidade que elas não puderam conquistar por si mesmas, as ciências da gestão servem, definitivamente, de suporte para o poder gerencialista. Elas legitimam um pensamento objetivista, utilitarista, funcionalista e positivista. Constroem uma representação do humano como um recursos a serviço da empresa, contribuindo assim, para sua instrumentalização. (GAULEJAC, 2007, p. 40 – 41)

O contexto em que a gestão gerencialista se consolida, na visão de Gaulejac (2007), é marcado por controle exacerbado, vigilância contínua, instabilidade, autonomia controlada, violência banalizada, degradação e precarização do trabalho, irracionalidade, submissão, patologias, alienação, contradição e incoerência.

Cabe observar que, para o autor, a gestão não seria um mal em si, sendo legítima a organização do mundo, a racionalização da produção e a preocupação com a rentabilidade. A condição para sua validade seria a de que esse conjunto melhorasse as relações humanas e a vida social. Em contrapartida, observa que a gestão gerencialista possui um arcabouço de irracionalidades (nas regras, nas prescrições, nos painéis de bordo e nos julgamentos arbitrários) que provocam reações contrárias: “essa ideologia suscita muitas resistências e desilusões.” (GAULEJAC, 2007, p. 41).

As diversas reações contraditórias, fruto da ideologia gerencialista, criam um universo de racionalidade instrumental que alimenta o paradoxo da tentativa de escapar dela sem deixar de a ela aderir (GAULEJAC, 2007, p. 41). Em um contexto líquido-moderno, onde a vida líquida é precária, maturada em contradições e incertezas constantes, tal paradoxo poderia nutrir o estímulo de fuga dessa realidade, uma vez que a vida líquida é uma sucessão de reinícios e livrar-se das coisas é prioridade sobre adquiri-las. (BAUMAN, 2007, p. 8)

O que temos é uma sociedade consumista, em um contexto líquido-moderno, onde o poder gerencialista capta os desejos mais profundos do indivíduo, cooptando-os com promessas de satisfação que mascaram o fim de obter uma devoção completa dos indivíduos. O controle desloca-se do corpo à psique, e espera-se que o indivíduo consagre-se inteiramente ao trabalho, sacrificando tudo pela carreira, uma vez que satisfações profundas geram exigências também profundas. (GAULEJAC, 2007, p. 124)

**Liquidez.** As promessas em busca da satisfação são capazes de capturar o indivíduo e mantê-lo extasiado. Essa sedução não é permanente: a contemporaneidade é

líquida e, por sê-la, a esperança permanecerá sedutora enquanto o desejo for irrealizado ou restar a sensação de que não foi plena e totalmente satisfeito (BAUMAN, 2007, p. 106).

Nesse ponto, pode-se deduzir que o poder gerencialista teria como limitação de apropriação a sua capacidade de condução à sua adesão e ao seu reconhecimento, mobilizar a psique e o pessoal, seduzir e exaltar o desejo (GAULEJAC, 2007, p. 112 – 113). É possível inferir que, caso o poder gerencialista não mantenha essa capacidade “persuasão” em um patamar controlado, estaria fadado à sucumbir ao movimento líquido da contemporaneidade, visto que, como clarifica Bauman (2007):

Nessa sociedade nada pode reivindicar isenção à regra universal do descarte, e nada pode ter permissão de se tornar indesejável. A constância, a aderência e a viscosidade das coisas, tanto animadas quanto inanimadas, são os perigos mais sinistros e terminais, as fontes dos temores mais assustadores e os alvos dos ataques mais violentos. A vida numa sociedade líquido-moderna não pode ficar parada. Deve modernizar-se [...] ou perecer (BAUMAN, 2007, p. 9).

Cabe esclarecer que a característica basilar de uma sociedade líquida é a negação de um estado de rigidez: a não-solidificação em posses permanentes, porquanto as ações e reações envelhecem rapidamente e tornam-se obsoletas, não havendo razão em permanecer estático, ao passo que o cenário é constante e velozmente modificado (BAUMAN, 2007, p.7). Guerreiro Ramos, em uma releitura sobre a “individualidade fluida” de Arnold Hauser, revela que os valores, por serem criados pelo homem, não são estáticos: “a natureza humana é fraca e inconstante, num estado de eterno fluxo, suspensa entre diferentes estados, inclinações, disposições, porque está em contínua transição ... e sua verdadeira natureza não está na permanência, mas na mudança” (Hauser, 1965, p. 49 *apud* RAMOS, 1989, p. 53). Nesse contexto, “as experiências que contribuem para a (re)produção dos modos de existência são cada vez mais influenciadas pelas sensações de intensificação dos fluxos ou mesmo pela constância do movimento de pessoas, ideias, informações e dinheiro” (TONON, 2014, p. 16).

Essa intensificação pode ser assim descrita: gradualmente a sociedade de consumo torna a insatisfação permanente, ou desvalorizando/depreciando o que já se tem ou alcançando a satisfação para que se provoque novas necessidades/desejos/vontades, resultando em compulsão, vício, ou busca continua por uma promessa enganosa ou exagerada (BAUMAN, 2007). Ramos (1989) observa que não há como explicar a fluidez individualista – peculiar à sociedade moderna – sem vincular à forma pela qual a sociedade capitalista legitima-se a si mesma:

Assim, a conduta humana se conforma a critérios utilitários que, a seu turno, estimulam a fluidez da individualidade. Na verdade, o homem moderno é uma fluida criatura calculista, que se comporta, essencialmente, de acordo com regras objetivas de conveniência (RAMOS, 1989, p. 54).

Moreira (2016) indaga que o “hiperconsumo” poderia fazer com que a ideia de vocação se perdesse no contexto pós-moderno e que o sentido no trabalho para muitos indivíduos aparecesse com contingência determinada por outros fatores, como renda e estabilidade. O trabalho é meio para o consumo, em uma relação indissociável sustentada pelos interesses das organizações e os ideais da sociedade de consumo. O autor faz uma importante análise:

Aponta-se uma suposta perda da centralidade do trabalho no que tange à realização da subjetividade. As inúmeras possibilidades de experiência proporcionadas pelo consumo hedonista desloca o eixo da premência das ações teleológicas para as vivências afetivas. [...] Entretanto, não se pode desconsiderar a contradição fundamental presente na realização da subjetividade calcada no consumo, qual seja, a transformação das próprias atividades laborais em mercadoria. (MOREIRA, 2016, p. 45)

Com a ideia de trabalho como mercadoria, evidencia-se uma busca contínua por um emprego que possa suprir as necessidades do momento. Nesse contexto cambial, temos a figura do servidor público (concurgado) que reinicia seus estudos (concurseiro) galgando nomeação em carreiras que possam minimizar suas insatisfações: creem ser a solução para seus problemas, mas sem garantia alguma de que a nova aprovação proporcione contentamento idealizado.

## **OS CONCURSADOS CONCURSEIRO**

“Concurgado” é o servidor público que, no posicionamento de Carvalho Filho (2008, p. 535), exerce função pública em decorrência de efetiva relação de trabalho vinculada ao Estado. O vínculo estatutário é alcançado com a aprovação em processo seletivo de provas ou provas e títulos que testam seus conhecimentos prévios relacionados - normalmente - à área de atuação do órgão. Após três anos de vínculo e aprovação no estágio probatório (avaliações semestrais) o servidor público torna-se estável no serviço público. A questão da Estabilidade é aspecto importante para esta pesquisa, e pode ser precisamente explicada por Abranches:

Uma vez estáveis, estes servidores só perderão o cargo por vontade própria (exoneração), em virtude de sentença judicial transitada em julgado, de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar (ainda não editada), assegurada ampla defesa. Isso proporciona a necessária segurança para o exercício de suas funções, quanto a intervenções políticas, e uma razoável dose de tranquilidade quanto ao futuro (ABRANCHES, 2011, p. 32).

“Concurseiro” é a pessoa que estuda para concurso público, inscreve-se nos processos seletivos e concorre a uma vaga em um órgão público do Estado. Na visão de Nogueira (2015), pode assumir significado pejorativo pois o indivíduo estuda para vários processos seletivos não se importando com o cargo que irá ocupar, orientando os estudos concomitantemente para vários certames. Alguns indivíduos procuram cargos que dizem respeito à sua formação; outros ignoram a graduação e prestam concurso para cargos que não são relacionados com suas habilidades adquiridas na graduação (MACHADO, 2009).

Anjos e Mendes (2015) identificam aspectos da subjetividade do concurseiro que incentivam os estudos para concurso: objetivos profissionais, sonhos de vida, dinâmica familiar e sentido do trabalho. Por outro lado, após aprovação no cargo público, Moreira (2016) aponta que a pouca afinidade com as tarefas desempenhadas pelo servidor façam com que suas inclinações (vocações) só emergem nas horas livres.

Os “concurgados concurseiros”, deduzimos aqui, possuem maior chance de ponderação na escolha do cargo que almejam substituir pelo atual, justamente por já estar empregado, podendo direcionar seus estudos para cargos e carreiras específicos que



possam, ao menos, aproximar-se do que ele acredita ser imprescindível para seu bem-estar e sua felicidade. Cabe a observação de Machado (2009) com relação à escolha do cargo público:

Se a escolha de atuação não leva em consideração os fatores intrínsecos ou a carreira interna, o comprometimento com a carreira diminui, o indivíduo se afasta de sua essência, de sua identidade e começará a desenvolver tarefas profissionais que não o preencham, afastando-se do que realmente gosta. Isso leva à diminuição do comprometimento com a carreira. (MACHADO, 2009, p.30).

No estudo de Nogueira (2015), como troca socialmente valorizada, o campo de concurso fornece o dinheiro; mas há também a estabilidade, o prestígio intelectual ou satisfação em fazer algo intrinsecamente prazeroso. É possível acrescentar ainda que:

A precarização do trabalho na iniciativa privada contrasta com alguns benefícios oferecidos pela iniciativa pública, como salários iniciais e estabilidade do emprego, por exemplo. O desemprego estrutural crescente permite às empresas oferecer menos e cobrar mais dos trabalhadores (ou candidatos ao trabalho). (ANJOS E MENDES, 2015, p. 45)

Com isso, buscamos um debate sobre as complexidades que sustentam a busca (in)cansável por uma carreira no serviço público capaz de satisfazer um estilo de vida por muitos idealizado. Observamos uma instabilidade daqueles que são estáveis em suas carreiras. Teríamos um fenômeno paradoxal? O fato é que “os indivíduos têm visualizado grandes oportunidades nos empregos públicos e evitam enfrentar as dificuldades de se conseguir um bom emprego nas organizações privadas, assim como os desafios do empreendedorismo, do auto-emprego e da carreira auto-dirigida” (MACHADO, 2009, p. 16). Mas, por outro lado, a insatisfação com o cargo no serviço público e com sua vida pessoa (por ideal), juntamente com a angústia pela estagnação (o não-movimento), mostram-se presentes na vida de muitos desses indivíduos. Para esse tipo de profissional, o emprego público torna-se mais do que um emprego, mas uma proteção duradoura, uma vez que traz estabilidade profissional (MACHADO, 2009).

No quadro contemporâneo de discursos de valorização dos ativos humanos, sem devida aplicação real e prática, a modernização desloca o mundo de regras já conhecidas e previsíveis para um mundo instável, imprevisível, flexível e incerto (GAULEJAC, 2007). “É preciso estar pronto para se comprometer e se descomprometer a qualquer momento. Os empregados devem implicar-se totalmente e, brutalmente, serem capazes de ir embora, para outro lugar” (GAULEJAC, 2007, p. 206). Neste cenário de incertezas, muitos optam em abandonar o emprego na área privada em busca de um cargo no serviço público ou, até mesmo, formam-se no ensino médio ou graduação com o foco em estudar para concurso público, conquistar a estabilidade em uma carreira de benefícios e salários razoavelmente atraentes no início da carreira, além de distanciar-se do medo do desemprego (MACHADO, 2009; KLEIN E MASCARENHAS, 2016)

A partir dos estudos de Maria Jandira Oliveira (1997) *apud* Costa e Mazzilli (2001), com viés ‘dejouriano’, demonstra-se as razões para ingresso no serviço público (estabilidade no emprego e benefícios; influência familiar; e meio de ‘ganhar a vida’), os fatores de sofrimento para aqueles que ingressam (a monotonia da atividade; sentimento

de clausura; pertencer à área meio; salário; desvincular-se de sua formação acadêmica; falta de perspectiva de ascensão; imagem de desprestígio do serviço público; autoimagem; e subutilização de potencial), e os motivos de prazer no trabalho (o cliente e o reconhecimento do trabalho).

Côrtes e Silva (2006) enriquecem a argumentação definindo um conjunto variado de razões, tais como: elevação na taxa de desemprego; menor discriminação no processo seletivo; não exigência de experiência prévia ou critérios estereotipados; reduzida defasagem salarial no serviço público e maiores investimentos em capacitação dos recursos humanos (CÔRTEZ & SILVA, 2006). Machado (2009) observa que são diversas as exigências para entrar no mercado do trabalho e vários profissionais não se encontram preparados para disputar uma vaga de emprego, acentuando-se quando trata-se do primeiro emprego.

Para Allen et al. (2010) *apud* Klein e Mascarenhas (2016), os motivos também são variados:

Os funcionários deixam as organizações por uma variedade de razões, desde a busca por um emprego que remunere melhor até a necessidade de se ajustar a fatores conjunturais externos à vontade do indivíduo (como acompanhar o cônjuge que muda de local de emprego) [...] Em relação à insatisfação, explicam que, embora funcionários deixem seus empregos por estarem insatisfeitos, também o fazem satisfeitos, por exemplo, quando oportunidades mais atraentes surgem. Esses exemplos indicam que evasão e satisfação estabelecem entre si, no máximo, uma relação de correlação, mas não necessariamente de causalidade (ALLEN et al., 2010 *apud* KLEIN E MASCARENHAS, 2016, p. 21).

Por outro lado, Costa e Mazzilli (2001) alertam que o modelo da administração pública brasileira é razão para a insatisfação do concursado, revelando, desse modo, outra tendência que impulsionaria o desejo de mudança de cargo e carreira, voltado para o descontentamento com a lógica da burocracia e, principalmente, suas disfunções. Para os autores:

[...] as disfunções do modelo burocrático, tais como falta de perspectivas de ascensão, falta de treinamento e capacitação e falta de oportunidades de exercer trabalho criativo e participativo, são fontes de insatisfação e sofrimento do servidor público. Por outro lado, permanecem os motivos de continuidade na função, quais sejam, a estabilidade e os benefícios (COSTA E MAZZILLI, 2001, p. 8)

Depreende-se que a tão sonhada estabilidade na carreira pública pode se contrapor, paradoxalmente à uma instabilidade na vida íntima. Moreira (2016) afirma que “o que para muitos é a realização de um sonho, para outros pode ser o prenúncio de uma verdadeira tragédia”, uma vez que, para o autor, após alcançada a aprovação o servidor se depara com o seu contexto de trabalho: uma realidade pouco conhecida e ignorada. O referido autor pondera que:

O servidor público pode agora exercer uma postura de engajamento/estranhamento ou de acomodação/inquietação diante da realidade que se lhe apresenta. Pode desabrochar o seu saber-fazer e realizar-se no trabalho. Mas também, caso aí não se realize, pode desenvolver mecanismos para atenuar a força de uma rotina e de uma organização que visam a capturar a subjetividade do trabalhador. Nesse

sentido, o trabalho pode ser ressignificado pelas ações do sujeito e perder a centralidade no contexto de suas vivências (MOREIRA, 2016, p. 13)

O concursado não se vê inserido no *modus operandi* da iniciativa privada, tem medo do trabalho precarizado e sem garantias, do desemprego e da exclusão social (MOREIRA, 2016); mas, em contradição, não se sente satisfeito com as condições que a carreira pública lhe proporciona: “é o tédio, o ócio, a impossibilidade de trabalhar, de se mobilizar e transformar a si e ao ambiente” (ANJOES E MENDES; 2015, p. 44). Por fim, retorna aos estudos na condição de concursado, carregando a crença de que atingir a completa satisfação pessoal ocorrerá por meio do intercâmbio de órgão público. Entretanto, Ivan Illich (1976) apresenta crítica:

Uma sociedade empenhada na corrida em direção ao maior bem-estar sente como uma ameaça a simples ideia de qualquer limitação ao progresso. Então o indivíduo que não muda de objetivos conhece o rancor do fracasso e aquele que muda descobre a vertigem da carência. Aquilo que tem repugna-lhe, aquilo que deseja ter deixa-o doente (ILLICH, 1976, p. 99)

Nota-se que a conquista da estabilidade no emprego dá espaço para uma instabilidade emocional e social marcada por sentimentos conflitantes e incertezas. Na visão Moreira (2016, pp. 60-61) “não se pode reconhecer na estabilidade apenas um dado objetivo, um simples elemento de troca. Há uma lógica perversa que subjaz o discurso da estabilidade. Esta, enquanto valor, é reforçada não só pelo prestígio, mas também pelo medo”.

O paradoxo de ser estável no trabalho público por medo da instabilidade do trabalho privado reflete em uma instabilidade em âmbito pessoal: um ciclo que se revela como contradição da própria contemporaneidade. Nesse sentido,

[...] o trabalho pode se tornar fonte de prazer e autorrealização, mas também é capaz de engendrar estranhamento e angústia quando reconhecido apenas por seus elementos de gratificação, com destaque para a estabilidade e a remuneração. Obviamente que a história não é cristalizada e a subjetividade se constitui como movimento contínuo no fluxo dos acontecimentos. Quando o sujeito vivencia um estranhamento frente às atividades laborais que não lhes são afeitas, ele pode sucumbir à realidade e não enxergar sentido no trabalho, mas pode também ressignificar a importância do trabalho em sua vida (MOREIRA, 2016, p. 12)

Percebemos que o concursado não renuncia a estabilidade do setor público – principalmente pelo medo das demissões na iniciativa privada, mas, também, em movimento de fuga contra o poder gerencialista –, porém encontra-se sempre buscando melhorias – o aumento de salário e benefícios, a diminuição da carga horária, valorização de seus diplomas – capazes de influenciar o seu poder de compra, práticas consumistas, *status* perante a sociedade e condições sociais de sua família. Moreira (2016, p. 46) alerta que “Independente das vantagens do cargo e do status que ele confere, o estranhamento diante do trabalho pode se tornar um elemento desmobilizador da realização da subjetividade.”

Há, também, para Abranches (2011) fatores associados diretamente à imagem e ao trabalho realizados pelo órgão, evidenciando a importância do status social para a

sociedade contemporânea, já alertada por Ivan Illich (1976) na década de 1970, afirmando que o nível de usura no consumo indicava o local exato que se ocupava na escala social.

Nesse sentido, cabe especular dois aspectos do cenário de consumo: o primeiro relaciona-se com a interferência na psique do concursado, impulsionando-o à busca por mudanças que lhe proporcione maior poder de compra; o segundo, uma metáfora, poderia ser a comparação do cargo público como uma mercadoria, que tornar-se-ia obsoleta e seria descartada, gerando uma satisfação momentânea, enquanto ainda em período de lançamento. O fato é que não se pode desconsiderar o hiperconsumo instaurado na sociedade contemporânea. E é justamente nesse último sentido que Moreira (2016) percebe uma suposta perda na centralidade do trabalho, no que tange a realização da subjetividade, em virtude do deslocamento das inúmeras possibilidades proporcionadas pelo consumo hedonista, e alerta para uma contradição na subjetividade calcada no consumo: a transformação do trabalho em mercadoria.

Considerar o trabalho como mercadoria facilitaria notar as trocas realizadas nessas circunstâncias, induzidas muitas vezes pelo desejo de escapar da realidade, sofrida ou imaginada, do vigente emprego. Ainda metaforicamente, podemos pensar na colocação de Illich (1976) a respeito das inovações, que alimentam a crença da sociedade moderna de que o novo é o melhor, sendo nada mais do que uma ilusão que cria mais necessidades além daquela que satisfaz. Nas palavras do autor:

O consumidor, o usuário, ressent-se duramente da distância que existe entre o que tem e o que seria melhor ter. Mede o valor de um produto pela sua novidade e presta-se a uma educação permanente com vista ao consumo e ao uso da inovação. Nada escapa à usura, nem se quer os conceitos. A lógica do sempre melhor toma o lugar da do bem como elemento estruturante da acção (ILLICH, 1976, p. 99).

Destarte, essa lógica de valorização e comparação em busca do melhor, caminharia ao lado da necessidade de mudança nas condições atuais, de forma a inquietar e motivar o concursado, impulsionando com o propósito de alcançar a realização de suas vontades. Desse modo, Moreira (2016) acrescenta que,

Por não ser meros produtos de forças sociais ocultas, os indivíduos procuram sempre tomar as rédeas da própria existência. Quando introduzidos no ambiente de trabalho, eles mobilizam a subjetividade, o que faz emergir mecanismos de realização e também, ainda que de forma inconsciente, estratégias de defesas capazes de manter a saúde física e mental do trabalhador (MOREIRA, 2016, 13).

Permanecer onde está é um sofrimento que só seria amenizado com as horas de estudo e um objetivo bem traçado, o que poderia ser considerado, na visão de Moreira (2016), como estratégia defensiva para lidar com o sofrimento, podendo resultar em sucesso ou em um quadro de doença mental. Ocorre que o concursado concurseiro não tem pleno entendimento do que realmente lhe falta, sendo incapaz de definir com exatidão onde e porque gostaria de estar em outro órgão público e, para isso, não pode parar. Como ensina Bauman:

A liberdade das pessoas em busca de identidade é parecida com a de um ciclista; a penalidade por parar de pedalar é cair, e deve-se continuar pedalando apenas para manter a postura ereta. A necessidade de continuar na labuta é um destino sem escolha, já que a alternativa é apavorante demais para ser considerada (BAUMAN, 2007, p. 47).

A “liberdade” do concursado poderia ser entendida como a capacidade de suprir suas necessidades, alcançar uma satisfação idealizada, ao passo que a necessidade de continuar estudando – “pedalando” – é a alternativa que possui frente a continuar parado onde está ou arriscar-se em uma carreira no meio privado - ambas apavorantes para o concursado concursado. Essa liberdade poderia ser associada ao comportamento livre que, para Dejour (1992, p. 26), seria um padrão comportamental “que contém uma tentativa de transformar a realidade circundante conforme os desejos próprios do sujeito. Livre, mais que um estado, qualifica uma orientação na direção do prazer”. Para o concursado, o prazer de alcançar a satisfação plena é posto como meta, mascarando a incerteza de que o próximo cargo público seja a definitiva salvação para seus problemas. Para Moreira (2016, p. 13), “Mas há mais conflitos nessas vivências do que se possam supor”. Sendo assim,

Eis a virada hermenêutica que deve ser considerada. O trabalho em si é fonte de prazer e sofrimento na perspectiva da escola dejouriana. Nesse sentido, o ingresso nas carreiras estatais pode ser apenas o início do sofrimento e não o resultado do sucesso. Faz-se necessário analisar se os mecanismos de recompensa fornecidos ao servidor público, quais sejam, estabilidade do vínculo empregatício, boas remunerações e licenças remuneradas, constituem-se, na verdade, em estratégias de defesa coletivamente construídas e reforçadas para que os indivíduos possam compensar as suas possíveis frustrações com a realidade laboral por eles vivenciada. Em outros termos, convém perscrutar o peso do fator alienante do trabalho na medida em que ele pode se configurar como mero dispêndio de energia física e psíquica e não como fonte de realização pessoal (MOREIRA, 2016, p. 15).

Nesse sentido, ressaltando a visão de Bauman (2007), somos levados a crer que no contexto atual de transição constantes da sociedade, o concursado concursado sempre estará em busca de aprovação em mais concursos, experimentando mais carreiras, desejando mais benefícios e visando mais consumo, não se apegando e sim, desapegando: “Não se fazem juras de lealdade a coisas cujo único propósito é satisfazer uma necessidade, um desejo, um impulso” (BAUMAN, p. 2007,140). O cargo é meio para que se atinjam fins, e os fins são diversos e individualizados, havendo semelhanças entre um indivíduo e outro, mas sempre carregado de peculiaridades.

Machado (2009) defende a importância de não permanecer estagnado, dando movimento à sua carreira para propiciar o exercício dos conhecimentos e habilidades adquiridos. Na visão dele, a carreira estaria ligada à trajetória trabalhista do indivíduo desenvolvida ao longo da vida, alcançando até mesmo a aposentadoria, cabendo a ele ser empreendedor de si, de certo que as mudanças em sua trajetória aproveitam ou agregam experiências adquiridas. Segundo o autor:

O profissional não pode esperar que a organização possibilite a ele estabilidade no emprego. Ao contrário, os indivíduos precisam estar prontos a mudarem de empresa, quando novas oportunidades surgirem. Muitas vezes, eles precisam criar essas oportunidades em busca de melhores salários e um crescimento em sua própria carreira. Ter empregabilidade é justamente o indivíduo dar emprego às suas habilidades e aos seus conhecimentos (MACHADO, 2009, p. 26).

Em contra partida, Ramos (1989) tem um posicionamento mais incisivo, advertindo que:

O sentimento de transitoriedade das coisas, permanente e sem propósito, é uma consequência da interiorização acrítica, pelo indivíduo, da auto-representação da sociedade moderna, que se define como um precário contrato entre indivíduos que maximizam a utilidade, na busca da felicidade pessoal, entendida como uma busca de satisfação de uma interminável sucessão de desejos. Para além das fronteiras sociais, não há significação para esse esforço. Uma vez que, em consequência de seu caráter competitivo, o mundo social como um todo se torna estranho ao homem, este tenta superar sua alienação, seja anulando-se através da passiva conformidade de papéis que prevalecem aqui e ali, ou recolhendo-se dentro de si mesmo, afirmando assim uma identidade demasiadamente consciente de si mesma. Mas já que o centro ordenador de sua vida não está em parte alguma, sua identidade é de sua própria criação (RAMOS, 1989, p. 56)

De maneira geral, pode ser observado que a dinâmica do mundo contemporâneo afeta significativamente os comportamentos, lançando os indivíduos em uma instabilidade que flutua nos diversos campos de suas vidas. Nesse cenário de liquidez, ditam-se tendências e estimulam-se desejos que se refazem em curto espaço de tempo, restando à existência um sensação de insignificância das realizações pessoais, por vez, imersas na (in)saciável necessidade de satisfação. Poucos trabalham por vocação, posto que nem sempre as inclinações profissionais favorecem suas ambições, mas muitos trabalham para sustentar sua ânsia por consumir.

As organizações, assentadas na ideologia da gestão gerencialista, utilizam-se de mecanismos que incitam os interesses particulares dos trabalhadores, para que se obtenha máxima eficiência e lucros. Ao mesmo tempo, engaiolam as subjetividades, moldando cada indivíduo à lógica do capital e, também, gerando medos, crises e patologias. Mesmo analisando as organizações públicas, detentoras de uma estabilidade que poderia gerar conforto e satisfação fundamentados em sua segurança, chega-se à conclusão de que por mais que se alcance estabilidade na carreira, a instabilidade está no cerne da sociedade contemporânea, movida freneticamente pela angustiante busca pelo prazer e pela satisfação.

## **Reflexões**

O presente ensaio buscou discutir a questão dos concursados que retomam seus estudos para concurso público em um campo específico: mundo contemporâneo consumista diante da gestão gerencialista. Por meio deste levantamento bibliográfico, buscou-se uma hiperligação entre instabilidade, consumo, gestão e liquidez, aproximando esses constructos ao meio que se inserem os concursados concurseiros.

Com essa contextualização, observamos que o indivíduo que ingressa no serviço público busca fugir da realidade instável da iniciativa privada em função do medo do desemprego, da precarização do trabalho e da alienação. O poder gerencialista tem grande peso nesse processo, pois, de forma sutil, busca cooptar os indivíduos e obter o seu máximo rendimento a benefício da empresa. As insatisfações e doenças surgem e a vontade de distanciar-se dessa lógica também. Não há espaço para a vida social, que passa a conviver em simbiose com a vida no trabalho, por não ser interessante para a organização que se tenha um distanciamento entre elas. Para tanto, continuamente se controla e ameaça o indivíduo, mantendo-o preso ao viés gerencialista.

O emprego estatal, para muitos, é um sonho que conduz à solução para essas mazelas, oferecendo bons salários, segurança, benefícios e estabilidade – fator principal para muitos. Mas, nesse aspecto, temos uma contradição: o medo da instabilidade é superado, alcança-se a estabilidade com a aprovação no concurso público e o cumprimento dos requisitos legais; mas, com ela, uma insatisfação com a solidificação na carreira e a estagnação social impulsiona o desejo de voltar a estudar e trocar de órgão público, o que revela uma efêmera satisfação baseada na crença de que por meio de uma nova carreira seria possível realizar seus desejos, não avaliando o círculo vicioso em que se sustentam, estando capturados pela ânsia de um contentamento inextinguível. A necessidade de movimento está imbricada no indivíduo e suas angústias são alimentadas pela lógica do capital.

O mundo contemporâneo se constrói em bases capitalistas, em que o consumo é intensificado e os desejos são estimulados. Felicidade e a satisfação são construídos e seus bordões são vendidos como o pleno sucesso na carreira e família e reconhecimento social. Resta para o indivíduo acreditar que ser feliz é estado que se condiciona a sua capacidade de manter-se nos padrões estabelecidos pela sociedade, seguindo o movimento veloz ditado por ela – acompanhando, como exemplo, as rápidas mudanças tecnológicas – sempre atento para agir em constante manutenção: imobilidade jamais.

Por fim, destacamos que este ensaio procurou trazer à tona as especulações e aproximações procurando compreender a figura do concursado concurseiro frente algumas principais conjunturas do mundo do trabalho contemporâneo. Nesse sentido, salientamos que há necessidade de ir além dessas especulações, na medida em que pesquisas empíricas poderão contribuir para o maior aprofundamento dessas discussões.

## Referências

ANTUNES; Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 11. Ed – São Paulo: Cortez; Campinas, SP. Editora Universidade Estadual de Campinas, 2006.

BAUMAN, Zygmund. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 19. Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

CASTELHANO, Laura Marques. O medo do desemprego e a(s) nova(s) organizações de trabalho. *Revista psicologia e sociedade*. v. 17, n. 18, pp. 14 – 20. jan/abr, 2005.

CÔRTEZ, Leonardo Lopes; SILVA, José Roberto Gomes. Construção do contrato psicológico de indivíduos que ingressam em organizações do setor público no atual contexto brasileiro: estudo de caso em uma empresa estatal. *In: XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD. Anais...* Salvador: Anpad, 2006.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho*. Estudo de Psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

GAULEJAC, Vicent de. *Gestão como doença social: ideologia gerencialista e fragmentação social*. Aparecida-SP: Ideia e Letras, 2007.

ILLICH, Ivan. *A convivencialidade*. Publicações Europa-América, Lisboa, 1976.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo. Editora Barcarolla, 2004.

MENEGUETTI; Francis Kanashiro. O que é um Ensaio-Teórico? *RAC*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, Mar./Abr. 2011. Disponível em

MACHADO, Layla Beatriz C. Valadares. *Confrontando motivos e imagens relacionados à carreira: um estudo com profissionais de nível superior que se direcionam para o setor público*. 2009, 148 f. Dissertação (Mestrado em administração). Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2009.

MOREIRA, Alexandre Varela. *O novo espírito do serviço público em Brasília: O trabalho estranhado e a vocação para o consumo*. 2016, 140 f. Dissertação (Mestre em sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

NOGUEIRA, Bruno de Oliveira Santos Paiva. *Concurseiros: motivos e métodos para ingressar no serviço público*. 2015. 113f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2015.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações*. 1989.

TONON, Leonardo. *Gestão gerencialista e produção de estilos de vida de executivos: ruptura (im)possível*. 2014. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant; VIEIRA, Marcelo M. Falcão. *Sobre a dimensão Tempo-Espaço na Análise Organizacional*. *RAC*, v. 9, n. 2, Abr./Jun. 2005.